

ANAIS X MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E I MOSTRA DE EXTENSÃO DO CURSO DE DIREITO

CÂMPUS ALFENAS
2023/1

X MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA
E I MOSTRA DE EXTENSÃO DO CURSO DE

DIREITO



 **22 e 23**
DE JUNHO

 **HORÁRIO** 
7h às 22h

 **INSCRIÇÕES** 
ATÉ 10 DE JUNHO

 **LOCAL:**
Salão de eventos (Bloco 2)

 **INFORMAÇÕES:**
Curso de Direito - 3299-3231



X MOSTRA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E
I MOSTRA DE EXTENSÃO DO CURSO DE DIREITO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alyson da Silva Leal
Maria Cristina Gomes Souza Freire
Mônica Fernandes Rodrigues Duhart
Nivalda de Lima Silva
Pablo Viana Pacheco

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alyson da Silva Leal
Andréa Maria Pontes Silva
Ana Paula Barroso de Salles
Ana Carla Tavares Coelho
Danielle Cristina de Souza Dozza
Eduardo William Silva
Erika Loureiro Borba
Ivânia Goretti Oliveira Pereira
Jefferson Soares de Avelar
José Ribeiro de Souza
Marcelo Botrel Alves
Maria Cristina Gomes Souza freire
Matheus Magnus Santos Iemini
Mônica Fernandes Rodrigues Duhart
Nairo José Borges Lopes
Nivalda de Lima Silva
Pablo Viana Pacheco
Paulo Engel Vieira
Raymundo Lázaro Vellani Júnior
Rogério Ananias Barbaresco

Alfenas, MG
2023/1



Reitora: Prof^a Maria do Rosário Araújo Velano

Pró-Reitor Acadêmico: Prof. Dr. Dannel Ferreira Coelho

Diretora de Graduação: Prof^a Ma. Daniela Schiabel

Diretor de Extensão e Assuntos Comunitários: Prof. Me. Rogério Ramos do Prado

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof^a Dra. Laura Helena Orfão

Coordenador do Curso de Direito, câmpus de Alfenas: Prof. Me. Alyson da Silva Leal

AUTOR CORPORATIVO:
UNIVERSIDADE PROF. EDSON ANTÔNIO VELANO- UNIFENAS

ROD. MG – 179, KM 0, S/N CEP:37132-440
ALFENAS - MINAS GERAIS- BRASIL.

ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:
MÔNICA FERNANDES RODRIGUES DUHART

IMPORTANTE: Todas as informações contidas nos Anais do X MOSTRA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E I MOSTRA DE EXTENSÃO DO CURSO DE DIREITO DA UNIFENAS são de domínio público. A veracidade do conteúdo e os aspectos éticos que envolvem os estudos são de total responsabilidade de seus respectivos pesquisadores.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - PESQUISA 12

O DIREITO À MORADIA COMO UM PRINCÍPIO FUNDAMENTAL SENDO
DEMONSTRADO NO LIVRO O CORTIÇO - A REALIDADE IMITA A ARTE

13

A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE PARA CONCESSÃO DE
TRATAMENTO E MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NO BRASIL

14

A LGBTFOBIA NAS ESCOLAS

15

RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO
ATUAL

16

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ALFENAS/MG

17

O ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO E A INTERVENÇÃO JUDICIAL NO
CONTRATOEM FACE DO PRINCÍPIODA INTEGRIDADE DA PRESTAÇÃO E DA
CLÁUSULAGERAL DA BOA-FÉ

18

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A EFICIÊNCIA DOS
RECURSOS PÚBLICOS

19

A LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MINORIAS
ÉTNICAS E REFUGIADOS NO BRASIL

20

A RESSOCIALIZAÇÃO CARCERÁRIA E A PRISIONIZAÇÃO EM FACE AOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS

21

INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS CASOS DE GRANDE REPERCUSSÃO NO BRASIL:
UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE O CASO GOLEIRO BRUNO E UM
CASO EM ANONIMATO

22

TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRATAMENTO DE DADOS
DIGITAIS

23

EUTANÁSIA: LIBERDADE INDIVIDUAL OU DIREITO A VIDA

24

CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS DA AUSÊNCIA DO JUIZ DAS GARANTIAS

25

DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA GERAÇÃO COMO LIMITE AO PODER
ARBITRÁRIO DO ESTADO

26

DEPOIMENTO ESPECIAL: AS CONTROVÉRSIAS DO MÉTODO

27

HABEAS CORPUS COMO DIREITO DO ACUSADO NO PROCESSO PENAL

28

DIREITOS DE QUARTA GERAÇÃO: AS LIMITAÇÕES JURÍDICAS E MORAIS
IMPOSTAS À PESQUISAS CIENTÍFICAS EM PROL DA VIDA

29

O DIREITO AO HABEAS CORPUS PARA PESSOAS INTERNADAS CONTRA A
VONTADE EM HOSPITAIS: ANÁLISE DA SUA APLICAÇÃO PRÁTICA

30

RECONFIGURANDO A UNIÃO ESTÁVEL NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA:
NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

31

O ATENDIMENTO MÉDICO À VÍTIMA DE ESTUPRO DEVE SER COMUNICADO
AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA?

32

EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO EM CASOS DE ÓBITO FETAL

33

A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NA PRISÃO CIVIL SOB UM VIÉS
CONSTITUCIONAL E DE TRATADOS

34

ACESSO À JUSTIÇA E A GARANTIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA
JURISDICCIONAL EFETIVA: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A EFETIVIDADE DO
ACESSO À JUSTIÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO

35

CAPÍTULO 2 - EXTENSÃO

36

DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

37

RESSOCIALIZAÇÃO E AÇÕES CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

38

A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA DA POPULAÇÃO NEGRA DO
BRASIL

39

PRIMEIRA INFÂNCIA E O DIREITO DA MULHER: DADOS SOBRE O ESTUPRO DE
VULNERÁVEL E O FEMINICÍDIO NA CIDADE DE ALFENAS/MG

40

PRIMEIRA INFÂNCIA E O DIREITO DA MULHER: DADOS SOBRE A LICENÇA-
MATERNIDADE NA CIDADE DE ALFENAS/MG

41

PRIMEIRA INFÂNCIA E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: DADOS SOBRE A
ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

42

PRIMEIRA INFÂNCIA E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: DADOS SOBRE CRIANÇAS
POR TURMA NAS ESCOLAS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

43

PRIMEIRA INFÂNCIA: DADOS SOBRE O NÚMERO DE CRIANÇAS FORA DA
ESCOLA NA CIDADE DE ALFENAS/MG

44

PRIMEIRA INFÂNCIA: DADOS SOBRE A SAÚDE BUCAL DE CRIANÇAS DE 0 A
6 ANOS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

45

PRIMEIRA INFÂNCIA E A RESSOCIALIZAÇÃO: DADOS SOBRE O AUXÍLIO-
RECLUSÃO PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

46

PRIMEIRA INFÂNCIA E A RESSOCIALIZAÇÃO: DADOS SOBRE O REFORÇO ESCOLAR PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

47

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

48

CONCILIAÇÃO

49

ENCARCERAMENTO ÉTNICO - A RAIZ PROFUNDA DO ESTADO

50

PRIMEIRA INFÂNCIA E A NEGRITUDE: ASPECTOS RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

51

O DIREITO DAS MULHERES SOB O OLHAR DA CONSCIÊNCIA NEGRA

52

UMA ABORDAGEM DE RESSOCIALIZAÇÃO BASEADA EM MARSHALL ROSENBERG

53

CAPÍTULO 1

PESQUISA



O DIREITO À MORADIA COMO UM PRINCÍPIO FUNDAMENTAL SENDO DEMONSTRADO NO LIVRO O CORTIÇO – A REALIDADE IMITA A ARTE

LIMA, Luysa de Oliveira¹; PACHECO, Pablo Viana².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O livro de Aluísio Azevedo “O Cortiço” foi escrito como um romance da década de 1890. Este, por sua vez, não era descrito como tal, mas sim de forma participativa do naturalismo brasileiro, sendo conhecido por ser a radicalização do naturalismo. Dessa forma, em relação ao livro, nota-se que há uma referência ao espaço coletivo, onde coexistem diversos lares, uma vez que os cortiços foram habitações populares típicas do século XIX, que muito se assemelham ao modelo de habitação em comunidades. Nesse sentido, a questão do Direito Fundamental à Moradia, expresso constitucionalmente, perpassa o simples ter onde habitar e ganha novas delimitações em união ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. O presente trabalho possui fulcro em se fazer uma análise crítica, relacionando o Direito e a Literatura, tendo como visão principal a forma pela qual o Direito à Moradia é tratado, tanto de forma constitucional quanto literária. O tratamento do estudo é uma revisão bibliográfica de forma comparativa em relação à obra de Aluísio de Azevedo e a realidade contemporânea, tendo por base não somente a literatura, mas também artigos científicos, livros, revistas especializadas. O próximo passo é fazer a junção da realidade com a literatura para que haja a imersão de forma satisfativa no tema deste artigo. Espera-se que o resultado seja positivo no sentido de buscar a solução para que todos os direitos que são considerados fundamentais tenham mesmo a sua pauta resguardada. Dessa forma, devido ao fato de a obra “O Cortiço” carregar diversos aspectos da sociedade brasileira, não há apenas uma demonstração da retratação do século XIX, mas também da realidade vivenciada de forma atual.

Palavras-chave: Moradia. Literatura. Direito. Direito Fundamental.



A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE PARA CONCESSÃO DE TRATAMENTO E MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NO BRASIL

CELESTINO, Maria Eduarda Vieira¹; LOPES, Nairo José Borges².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O artigo trata da judicialização das demandas de medicamentos de alto custo, visando a análise da efetividade das atuais políticas públicas para atender de forma adequada a população brasileira. Esta pesquisa objetiva a análise de decisões do Supremo Tribunal Federal em demandas por medicamentos de alto custo, tecendo uma narrativa de como o assunto vem sendo abordado em nosso ordenamento jurídico. Para a elaboração deste artigo, foi utilizado o método dedutivo, através da observação e comparação de temas abordados pela jurisprudência e na doutrina. Em consonância com o tema tratado, o STF, em especial, tem se posicionado favoravelmente ao fornecimento de assistência estatal em demandas de saúde, com uma visão substancialista do direito.

Palavras-chave: Medicamentos de alto custo. Políticas públicas. STF. Judicialização.



A LGBTFOBIA NAS ESCOLAS

Peres, Ashley Teizen¹; Izidoro, Júlia Vitória¹; PACHECO, Pablo Viana²

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O sexismo nas escolas brasileiras é um grande problema, pois põe em risco a segurança e ameaça a saúde física e mental de crianças e adolescentes homoafetivos. O objetivo deste projeto de pesquisa é realizar um levantamento bibliográfico com dados já existentes e aplicar um questionário para os alunos e professores, para entender o que eles sabem, se existem métodos para combater a homofobia nas escolas e qual seria a solução para a segregação desses alunos excluídos. Os dados da pesquisa vão ser coletados por meio de um levantamento bibliográfico e documental realizado por busca no google acadêmico, revistas, Scielo e pesquisas já realizadas nas áreas, em busca de uma discussão teórica que ainda não foi tratada por outros autores até o atual momento, e por meio também da aplicação de questionários. O projeto será formulado em etapas, iniciando com levantamento de dados bibliográficos, aplicação de questionário e finalizando com conclusão técnica e jurídica com apoio na Constituição Federal de 1988, além de decisões da Suprema Corte. Espera-se compreender a real situação no município de Alfenas/MG perante esse assunto e se a escola está preparada para acolher os alunos que chegam com algum tipo de trauma vindo de suas vidas fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Homofobia. Educação. Docentes. Brasil.



RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO ATUAL

CARDOSO, Raphaela de Oliveira¹; PACHECO, Pablo Viana²

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A coisa julgada é o que garante a segurança jurídica e a estabilidade das decisões judiciais. No entanto, quando se trata de questões tributárias, essa estabilidade pode levar a resultados injustos e desproporcionais. O objetivo deste trabalho é contribuir para o debate sobre um tema atual e relevante no direito tributário, visando aprimorar a justiça fiscal e a efetividade da tutela jurisdicional. O estudo é tratado como uma revisão bibliográfica em relação à relativização da coisa julgada tributária no cenário brasileiro atual. Baseando-se na coisa julgada tributária, o presente estudo pretende analisar, buscar e definir hipóteses baseadas em fatos do direito brasileiro. Dessa forma, serão utilizadas bases bibliográficas, ou seja, aquela baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, artigos e literatura cinzenta (teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios etc.). Buscando compreender e analisar a coisa julgada tributária, seus desdobramentos e seus questionamentos, o presente trabalho optou por uma pesquisa qualitativa. Após a análise de cada ponto, concluiu-se com o presente trabalho que a relativização da coisa julgada tributária traz insegurança jurídica para os contribuintes.

Palavras-chave: Relativização. Tributária. Coisa Julgada. Insegurança.



A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ALFENAS/MG

PERES, Ashiley Teizen¹; IZIDORO, Júlia Vitória¹; PACHECO, Pablo Viana²

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A lei 12.527, Lei de Acesso à informação (LAI), é resultado de um esforço da administração pública para dar maior transparência ao poder público e disponibilizar informações de caráter público aos cidadãos. O objetivo deste projeto de pesquisa é realizar um levantamento bibliográfico sobre como tem sido a efetividade da lei de acesso às informações no município de Alfenas/MG. O projeto de pesquisa será feito utilizando um levantamento bibliográfico, desenvolvido por meio de trabalhos acadêmicos como teses, dissertações, serão utilizados também sites governamentais, gráficos, livros, arquivos públicos e entrevistas. O primeiro passo consistirá no levantamento bibliográfico, que envolverá a pesquisa em bases de dados e bibliotecas para identificar estudos e publicações relevantes sobre o tema em questão. Em seguida, será realizado o levantamento documental, que buscará obter dados e documentos complementares relacionados ao objeto de estudo. Após a fase de levantamento, será iniciada a etapa de elaboração de questionários, em que serão definidos os principais questionamentos a serem abordados na pesquisa. Uma vez elaborados os questionários, eles serão aplicados aos sujeitos da pesquisa, o que constituirá a próxima fase do cronograma. Espera-se avaliar o grau de conhecimento dos cidadãos de Alfenas/MG sobre a existência da lei de acesso à informação, seu conteúdo e seus direitos relacionados.

Palavras-chave: Informação. Sociedade. Direito.



O ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO E A INTERVENÇÃO JUDICIAL NO CONTRATO EM FACE DO PRINCÍPIO DA INTEGRIDADE DA PRESTAÇÃO E DA CLÁUSULA GERAL DA BOA-FÉ

SARAIVA, Sabrina Moreira¹; IZIDORO, Júlia Vitória¹; LEAL, Alyson Silva²

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O cumprimento de obrigações contratuais é essencial na segurança jurídica. A boa-fé e integridade da prestação são princípios do Direito Civil, mas nem sempre respeitados. Este artigo analisa jurisprudência e doutrina para identificar critérios de intervenção judicial. O objetivo do artigo é analisar a importância da integridade da prestação e da cláusula da boa-fé no cumprimento das obrigações contratuais e na intervenção judicial nos contratos, através de uma análise de doutrina e jurisprudência para identificar os critérios utilizados pelos tribunais para decidir sobre a intervenção judicial no contrato. O artigo utiliza uma metodologia de revisão bibliográfica sistemática, com análise crítica de obras doutrinárias e decisões judiciais relacionadas ao tema. Espera-se que este estudo contribua para a compreensão do papel da integridade da prestação e da cláusula geral da boa-fé no adimplemento da obrigação e na intervenção judicial no contrato.

Palavras-chave: Adimplemento da obrigação. Intervenção judicial no contrato; Princípio da integridade da prestação. Cláusula geral da boa-fé.



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A EFICIÊNCIA DOS RECURSOS PÚBLICOS

ROCHA, Fernanda Monique Alves Xavier da¹; PACHECO, Pablo Viana².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Perda de vínculos, desemprego, criminalidade, substâncias psicoativas são fatos evidenciados na história de vida da população em situação de rua. O tema tem se tornado matéria de grande repercussão nos noticiários, porém ignorados nos recenseamentos, como o IBGE. A realidade é inegável e políticas públicas e programas governamentais foram desenvolvidas para atender essa população. O projeto PROESC, em parceria com a Prefeitura de Alfenas/MG, realiza esse atendimento de recuperação e promoção da dignidade humana a fim de compreender a forma de organização institucional. Desta forma, realiza propostas de intervenção, rotina e o tratamento, pois a sua funcionalidade social é fundamental para a prefeitura proporcionar a continuidade do projeto. A pesquisa se dá por meio da coleta de dados qualitativos e quantitativos, com o objetivo de analisar a eficiência dos recursos públicos que ali são investidos e após a conclusão do tratamento qual destino das pessoas em situação de rua. O que se nota é uma precariedade, pois não há um trabalho multidisciplinar dos órgãos municipais, estaduais e federais, pois, se houvesse, teríamos redução na criminalidade, nas internações hospitalares, assim como na superação da situação de rua.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Recursos Públicos. Criminalidade. População.



A LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MINORIAS ÉTNICAS E REFUGIADOS NO BRASIL

MOTA, Lis Lorena Lojor¹; NUNES, Jacyara Alexandra Silva¹; PACHECO, Pablo Viana².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

As minorias étnicas e os refugiados consistem em uma proporção da população que se encontram vulneráveis no Brasil, no que diz respeito ao acesso a direitos e à cidadania. Sendo assim, a exclusão social e discriminação são impasses enfrentados por tais grupos. Desta forma, esta pesquisa busca verificar as garantias constitucionais para a proteção dos direitos fundamentais dos refugiados ao se encontrarem em território nacional, bem como das minorias étnicas aqui presentes e analisar as principais vulnerabilidades, aplicando as medidas cabíveis para garantir assistência e acolhimento. Depois de levantar fatos sobre as violações de direitos desses grupos e observar o perfil das minorias étnicas e refugiados no país, será necessário avaliar a fragilidade de um refugiado ao tentar resguardar-se no território nacional, avaliar a necessidade da busca por refúgio e a aplicação das medidas necessárias para assegurar a assistência adequada, assim como também averiguar as demandas e perspectivas de organizações que atuam na defesa desses grupos, além de analisar a matéria à luz da Constituição Brasileira de 1988. Realizar-se-á pesquisa qualitativa, aplicando como relevante aparato o levantamento bibliográfico, utilizando como principal instrumento a análises de fontes documentais, bibliográficas e dados secundários. Serão levantadas apurações a respeito das normas que submetem as normas de direitos das minorias e refugiados no ordenamento jurídico brasileiro. Ademais, serão ponderadas as políticas públicas direcionadas para esses grupos, assim como estatísticas de violação de direitos e o perfil desses grupos no país. A partir de investigações minuciosas, busca-se a obtenção de uma perspectiva avançada acerca da cidadania, dos direitos fundamentais abrangendo as minorias étnicas e dos refugiados no Brasil, além do mais constatar os principais desafios enfrentados por esses grupos no território nacional e suas perspectivas futuras.

Palavras-chave: Minorias. Refugiados. Vulnerabilidade. Exclusão social.



A RESSOCIALIZAÇÃO CARCERÁRIA E A PRISIONIZAÇÃO EM FACE AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

FIRMO, Alan Morais¹; IEMINI, Matheus Magnus Santos².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A questão da ressocialização e da prisionização é comumente alvo de debates e divergências entre grande parte da sociedade, sendo necessário o entendimento de todas as faces sociais diante de tal temática. Os objetivos do trabalho são analisar o impacto dos direitos basilares na ressocialização de detentos e na prevenção da prisionização no sistema carcerário brasileiro, bem como os impactos da ressocialização negativa e identificar os direitos basilares previstos na Constituição Federal que devem ser garantidos aos detentos. Serão realizados estudos práticos, análises bibliográficas e estudos de casos práticos de presídios, bem como análise bibliográfica que consistirá em uma revisão de literatura sobre os direitos basilares no ambiente carcerário e sua relação com a ressocialização e a prisionização. Como resultados busca identificar as principais barreiras entre a efetivação desses direitos no sistema carcerário brasileiro e propor medidas que contribuam para a sua efetivação. Dentre os resultados esperados, destacam-se: a identificação das principais violações dos direitos basilares dos detentos no sistema carcerário brasileiro; a análise das consequências da violação desses direitos para a ressocialização e para a prevenção da prisionização. Ao longo da pesquisa, tomamos nota de um padrão social que somado a vivência e a cultura forma uma polarização profunda quanto a questão da ressocialização e da prisionização, é visível a utopia de que a ressocialização antes de chegar nas celas passa por uma falta de estrutura, um tabu social difundido, ideais segregacionistas, e um entendimento negativo de pena impregnado na sociedade.

Palavras-chave: Ressocialização carcerária. Prisionização. Direitos fundamentais.



INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS CASOS DE GRANDE REPERCUSSÃO NO BRASIL: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE O CASO GOLEIRO BRUNO E UM CASO EM ANONIMATO

BORGES, Samanta Daniela¹; IEMINI, Matheus Magnus Santos².

¹ Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

² Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O artigo apresenta um estudo de caso relacionando as influências da mídia no caso Goleiro Bruno e um caso “em anonimato” comparando-os e descrevendo pontos divergentes entre um e outro. Tem como objetivo explicar a influência causada pela mídia no noticiamento, na exposição dos indivíduos envolvidos no processo, bem como no tempo de andamento do processo e em sua sentença. Os métodos descritivo e qualitativo foram escolhidos pois a pesquisa consiste em mostrar os fatos no estudo de caso, esclarecê-los, classificá-los e observá-los para que seja melhor entendido como todo o processo aconteceu com todas as influências externas definindo cada fase até ser levado a uma sentença e ainda apresentar dados que geram interpretação e reflexão. Assim, por meio do método comparativo são comparados os casos de homicídio, investigando semelhanças e diferenças para que seja identificado o nível das influências midiáticas e até onde elas encontram seus limites. Espera-se compreender quais pontos do processo são mais afetados pela repercussão midiática, como e quais mecanismos a mídia utiliza para tal e suas consequências.

Palavras-chave: Populismo Penal Midiático. Processo Penal do Espetáculo. Repercussão Midiática.



TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRATAMENTO DE DADOS DIGITAIS

SIMONI, Karoline Garcia Teodoro¹; LOPES, Nairo José Borges².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O artigo analisou o panorama entre democracia, privacidade, autonomia individual e o uso de algoritmos. Foi realizada uma breve introdução do avanço da tecnologia e o uso de ciência exata, posteriormente foi analisado o atual momento da democracia junto aos algoritmos, com destaque à eleição de Donald Trump nos EUA. A partir deste ponto foi possível analisar o capitalismo de vigilância e sua capacidade de modificação comportamental. O objetivo central do artigo é identificar as principais controvérsias em torno do debate entre proteção de dados, juntamente com privacidade e a aplicabilidade diante da democracia atual e se de fato podemos considerar um Estado Democrático, em que há riscos de as pessoas terem suas manifestações de vontade viciadas. Doravante, foi possível analisar os principais marcos regulatórios no Brasil e seus reflexos na democracia. Foi adotado, na metodologia de análise, o método qualitativo debatido na análise teórica e empírica, utilizando como forma principal de pesquisa literaturas referentes ao tema. A principal conclusão, a que este artigo alcançou, faz referência à necessidade de uma regulação efetiva e eficaz dos meios de comunicação de tecnologia, em relação à privacidade e tratamento de dados, bem como transparência na manipulação dos algoritmos inteligentes.

Palavras-chave: Algoritmos. Privacidade. Proteção de dados pessoais. Capitalismo de vigilância. Democracia.



EUTANÁSIA: LIBERDADE INDIVIDUAL OU DIREITO A VIDA

OLIVEIRA, Maria Vitória Siqueira de¹; RAMOS, Maria Alice Pinto Coelho Braga¹;
PACHECO, Pablo Viana².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A eutanásia consiste em provocar a morte indolor de um indivíduo que possui uma doença incurável, com o intuito de amenizar o sofrimento. Nesse sentido, sabendo que a prática é condenável pela Constituição Brasileira, há um conflito no que tange à liberdade de escolha individual e normas. O direito à vida é inviolável, irrenunciável e indisponível. Mas serão estes atributos absolutos? Até em que momento deve a interferência estatal definir o futuro do indivíduo em sua integridade física? Sabendo a existência de divergências, entender as crenças da população sobre a eutanásia torna-se relevante, pois em Estados democráticos a opinião pública é de suma importância para que mudanças sejam promovidas. Esta pesquisa objetiva condensar diferentes opiniões de uma determinada população acerca da realização ou não de eutanásia e os fatores que influenciaram as mesmas. Desta forma, busca correlacionar os motivos declarados com as opiniões; quantificar, com cálculos estatísticos quais as causas mais frequentes; discriminar quais elementos apresentam maior valor de significância. Será realizado um questionário aos alunos do curso de Direito, do 1º período ao 10º período diurno, por meio da plataforma Google Forms. A fim de averiguar a relação entre ser a favor ou contra a eutanásia e os fatores desencadeantes, será utilizado o Teste Qui-quadrado, ao nível nominal de 5% de significância e nos casos em que as contingências forem menores do que 5, será usado o Teste Exato de Fisher. A análise estatística será realizada com o software R. A partir do primeiro semestre de 2023, nos meses de maio e junho será realizado o questionário aos alunos do curso de Direito. No mês de agosto será feito a averiguação do resultado e em setembro sairá o resultado final da pesquisa.

Palavras-chave: Leis de liberdade de escolha do paciente. Direito de Morrer. Valor da vida.



CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS DA AUSÊNCIA DO JUIZ DAS GARANTIAS

TERRA, Eduardo de Lima Ferreira¹; FIGUEIREDO, Pedro Lucas¹; IEMINI, Matheus Magnus Santos².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A Lei nº 13.964/2019 inovou com o “Juiz das Garantias”, porém sua eficácia foi suspensa, desta forma, nesta pesquisa, serão expostos os pontos positivos que esta inovação causa no processo. Tem como objetivo dar ênfase na importância do Juiz das Garantias, assertando os benefícios de sua aplicação e mostrar como a imparcialidade é prejudicada se ele atuar na fase de inquérito. Foi necessário efetivar uma pesquisa teórica e bibliográfica, fundamentada em livros e artigos científicos. A pesquisa aponta que o Juiz das Garantias já existe há décadas e que sua implementação ao redor do mundo trouxe celeridade e imparcialidade ao processo. Conforme a Teoria da Dissonância Cognitiva, o Juiz das Garantias mantém o momento “Pré-Judiciário” intacto, fortalecendo o cumprimento da lei, com isso passa a ser vital num Estado democrático de direito um julgamento bipartido, separando as fases do inquérito e do julgamento.

Palavras-chave: Consequências. Processo. Imparcialidade. Juiz das garantias.



DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA GERAÇÃO COMO LIMITE AO PODER ARBITRÁRIO DO ESTADO

EDUARDO, Gabriela Carielo de Paula¹; PACHECO, Pablo Viana².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Um dos maiores problemas da sociedade brasileira é a falta de conhecimento acerca das liberdades. O corpo social está uniformizado e acostumado com a banalização da política. Portanto, qual a importância em estudar os infortúnios acerca do Estado que limita o desenvolvimento da vida das pessoas? É notório que o Estado Brasileiro é insuficiente e instável nas vertentes civis e políticas. Os Direitos Humanos de primeira geração; vida, liberdade, igualdade e segurança são necessários para o fortalecimento contra as coercitividades estatais. Sendo assim, compreender o abuso de poder em desfavor da população faz-se necessária para o sucesso da pesquisa. Sabendo a existência polêmica e pouco entendida sobre o que tange o assunto, fornecer o entendimento dos processos sobre a política, Estado brasileiro e sua evolução constitucional torna-se necessária pois em Estados democráticos a educação e sabedoria sobre o aparelhamento do país é extremamente importante para seu desenvolvimento. Desta forma, esta pesquisa busca estudar a importância de um Estado menos intervencionista e sua contribuição para o IDH do Brasil nos dias atuais. Para isso, faz-se necessário compreender a evolução dos Estados soberanos e democráticos, os impactos do excesso de intervencionismo na economia, o boom das commodities no período de 2003 a 2014, a influência do populismo nas promessas da elite governamental e os Direitos Humanos de primeira geração: liberdade e constitucionalismo como progresso e mecanismo de defesa ao poder estatal. As referências abordadas não serão uma recapitulação do que já foi dito ou escrito em virtude desse tema, na verdade, contribuirá para o desenvolvimento de uma nova abordagem conciliando a modernidade e os dias atuais.

Palavras-chave: Direitos Humanos primeira geração. Intervencionismo. Liberdade. Desenvolvimento. Estado brasileiro. Política.



DEPOIMENTO ESPECIAL: AS CONTROVÉRSIAS DO MÉTODO

NOVAIS, Lorena Dantas de¹; PACHECO, Pablo Viana².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

De acordo com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o depoimento especial (DE) consiste em um método específico para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A partir de análises literárias sobre a nova metodologia de inquirição, notam-se diversos debates sobre o assunto, que resultaram em opiniões divergentes, críticas, apontamentos e algumas controvérsias sobre o tema. Dessa forma, objetiva-se neste projeto, analisar sobre os pontos negativos apresentados sobre o depoimento, em conjunto com a escuta especializada, que é o método alternativo de entrevista ao Depoimento Especial. O método utilizado para a pesquisa é o bibliográfico. A partir da pesquisa, observa-se, diversas críticas ao depoimento especial, como erros na condução da oitiva, deficiência na infraestrutura e no orçamento do Poder Judiciário, além de abranger também a violação do direito ao confronto do acusado, assim como há o reconhecimento negativo sobre o método de entrevista pelos profissionais da área jurídica, há pontos positivos sobre a escuta especializada como, uma abordagem mais protetiva e cuidadosa com as crianças e adolescentes, profissionais capacitados e estruturas adequadas para a entrevista de jovens vítimas de abuso. Em conclusão, ao contrário do Depoimento Especial, que possui um caráter investigativo, com a finalidade primordial de obtenção de provas, a escuta especializada oferece maior proteção e cuidado às crianças e adolescentes, uma vez que este é seu principal objetivo, justamente pelo fato de ser realizado pelas instituições da rede de promoção e de proteção aos infanto-juvenis, possuindo assim profissionais e estruturas que correspondem a relevância que a entrevista com crianças e adolescentes necessitam ter. Portanto, nota-se que a escuta especializada é uma ferramenta valiosa para garantir o bem-estar das crianças e adolescentes que sofreram violência e é uma alternativa viável e bem-sucedida para substituir o Depoimento Especial.

Palavras-chave: Críticas. Depoimento Especial. Entrevista. Escuta Especializada.



HABEAS CORPUS COMO DIREITO DO ACUSADO NO PROCESSO PENAL

DE OLIVEIRA, João Fernando Ferreira¹; PACHECO, Pablo Viana².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O habeas corpus é um instituto jurídico de extrema importância no âmbito do processo penal. Este instituto, previsto no artigo 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal, é uma garantia constitucional que assegura a liberdade de locomoção do indivíduo. No processo penal, o habeas corpus é uma ferramenta utilizada para garantir a proteção do direito do acusado à liberdade, quando é ameaçada ou violada de forma ilegal. O objetivo desse trabalho é responder à seguinte indagação: Qual é o papel do habeas corpus como direito do acusado no processo penal brasileiro e como este instituto pode ser utilizado para proteger a liberdade individual no âmbito criminal? Esta pesquisa busca, assim, analisar o papel do habeas corpus como direito fundamental no processo penal brasileiro; verificar como o habeas corpus pode ser utilizado para proteger a liberdade individual do acusado; identificar as hipóteses em que o habeas corpus pode ser impetrado no processo penal e verificar a efetividade do habeas corpus como instrumento de proteção da liberdade individual. Visa especificamente: analisar os aspectos históricos do Habeas Corpus no Brasil e no mundo; analisar o conceito jurídico do remédio constitucional Habeas Corpus; analisar os aspectos constitucionais e do processo penal sobre o Habeas Corpus. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa será realizada por meio de uma revisão bibliográfica, com consulta a artigos científicos, legislação e jurisprudência. Será feita uma análise da Constituição Federal, do Código de Processo Penal e de decisões judiciais que envolvem o habeas corpus no âmbito do processo penal. No presente estudo foi realizado um estudo de cunho qualitativo com elaboração de revisão bibliográfica, tendo como meios de fundamentação teórica as revistas acadêmicas e científicas, bem como doutrinas disponíveis on-line sobre o direito constitucional, processual penal. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o aprofundamento do entendimento sobre o habeas corpus como direito fundamental no processo penal brasileiro, identificando suas hipóteses de cabimento e sua efetividade como instrumento de proteção da liberdade individual do acusado. Além disso, espera-se que a pesquisa possa fornecer subsídios para aprimoramento das políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos fundamentais no âmbito criminal.

Palavras-chave: Habeas Corpus. Direitos do Acusado. Liberdade de Locomoção.



DIREITOS DE QUARTA GERAÇÃO: AS LIMITAÇÕES JURÍDICAS E MORAIS IMPOSTAS À PESQUISAS CIENTÍFICAS EM PROL DA VIDA

SILVA, Millena Ferreira da¹; LOPES, Nairo José Borges².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Com o enfoque especial na bioética e o auxílio de casos concretos e recentes, como o “Útero artificial” e a “Seleção dos melhores embriões”, o artigo exhibe a presença das limitações jurídicas e morais nas inovações constantes dos direitos de quarta geração. O principal objetivo é demonstrar a problemática ética e moral que reside nos avanços científicos em prol da vida, que por vezes podem impedir seu progresso e vir a refletir no âmbito jurídico. Para a elaboração deste artigo, foi utilizado o método dedutivo, no qual foi desenvolvida uma base teórica, formada de livros, artigos científicos já publicados, revistas científicas públicas, sites educacionais e casos concretos e recentes para extração de conclusões. Foi possível concluir que os avanços científicos em prol da vida devem progredir de acordo com a bioética e o auxílio de novas regulamentações jurídicas, que se mostram em pequeno número, para uma maior ampliação dos direitos de quarta geração e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida para a coletividade em geral.

Palavras-chave: Direitos de quarta geração. Inovações Científicas. Bioética. Regulamentação Jurídica. Moral.



O DIREITO AO HABEAS CORPUS PARA PESSOAS INTERNADAS CONTRA A VONTADE EM HOSPITAIS: ANÁLISE DA SUA APLICAÇÃO PRÁTICA

PINTO, Giulia Tavares Madeira¹; PACHECO, Pablo Viana².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O direito ao habeas corpus é uma garantia fundamental prevista na Constituição que assegura o direito à liberdade de locomoção para qualquer pessoa que se encontre ilegalmente privada de sua liberdade, podendo também ser utilizado em favor de pacientes internados em hospitais contra sua vontade. Quando tal situação ocorre, a questão da legalidade da internação e da possibilidade de se impetrar um habeas corpus em favor do paciente é frequentemente discutida. O objetivo geral do trabalho é analisar a aplicação prática do direito ao habeas corpus para pessoas internadas contra a vontade em hospitais, com enfoque especial em casos de internação psiquiátrica involuntária. Como objetivos específicos, elencam-se os seguintes: identificar, por meio de revisão de jurisprudência, os casos em que foi impetrado habeas corpus em favor de pessoas internadas contra a vontade em hospitais, com enfoque especial em casos de internação psiquiátrica involuntária; analisar os argumentos utilizados pelos advogados e magistrados nos casos em que o direito ao habeas corpus foi impetrado em favor de pessoas internadas contra a vontade em hospitais, com o objetivo de identificar os principais fundamentos jurídicos que têm sido utilizados para sustentar esses pedidos; investigar as possíveis lacunas na legislação brasileira que possam dificultar a aplicação do direito ao habeas corpus para pessoas internadas contra a vontade em hospitais, com enfoque especial nas questões relacionadas à internação psiquiátrica involuntária. A pesquisa será realizada por meio de uma revisão bibliográfica e análise de jurisprudência, com o objetivo de identificar casos em que o direito à habeas corpus foi impetrado em favor de pessoas internadas contra a vontade em hospitais. Serão analisados acórdãos de tribunais de todo o país, com enfoque especial nas decisões proferidas pelos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça). Serão consultados livros, artigos científicos, legislação e outras fontes relevantes para a pesquisa, com o objetivo de mapear o entendimento doutrinário sobre o tema e identificar possíveis lacunas na legislação que possam dificultar a aplicação do direito ao habeas corpus para pessoas internadas em hospitais. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o debate sobre o direito ao habeas corpus para pessoas internadas contra a vontade em hospitais, especialmente em casos de internação psiquiátrica involuntária. Além disso, espera-se que a pesquisa possa identificar possíveis lacunas na legislação e na jurisprudência que possam dificultar a aplicação do direito à liberdade de locomoção nesses casos, e sugerir soluções para essas lacunas.

Palavras-chave: Habeas-Corpus; Direito Constitucional. Direito de Liberdade. Internação Compulsória.



RECONFIGURANDO A UNIÃO ESTÁVEL NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA: NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

PERES, Ashiley Teizen¹; OLIVEIRA, Emilly Cardoso¹; LEAL, Alyson da Silva².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A União Estável está fundamentada em uma relação entre duas pessoas que se caracteriza com uma convivência pública, contínua e duradoura, para a constituição de uma família. O projeto tem como objetivo conscientizar a sociedade sobre as mudanças ocorridas nos direitos da união estável após a pandemia. Anteriormente, a união estável exigia a celebração de um contrato formal entre as partes, estabelecendo direitos e deveres. Será examinado o impacto das mudanças na sociedade em geral, explorando os aspectos sociais, culturais, econômicos e emocionais envolvidos. Pretende-se destacar os benefícios e desafios que essa alteração pode trazer para casais que optam por uma convivência duradoura sem a formalização contratual, bem como analisar as eventuais resistências e controvérsias que possam surgir. Será realizada uma revisão abrangente da literatura existente sobre a união estável, incluindo estudos acadêmicos, jurisprudência, leis, regulamentos e doutrinas relevantes. Também será feita uma revisão sistemática da legislação e uma comparação com as práticas adotadas em outros países. Por meio de análise de decisões judiciais e estudos de casos. Por meio da pesquisa, busca-se obter uma visão geral do tema, identificando padrões, tendências, lacunas e implicações legais relevantes relacionadas à união estável. Outro resultado desejável é ressaltar a importância das decisões judiciais no reconhecimento e proteção dos direitos dos companheiros em união estável.

Palavras-chave: União Estável. Pandemia. Atualidade. Contrato.



O ATENDIMENTO MÉDICO À VÍTIMA DE ESTUPRO DEVE SER COMUNICADO AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA?

MAGALHÃES, Millena Pompeu¹; FRANCO, Letícia Vivian de Souza¹; PACHECO, Pablo Viana².

¹ Médicas residentes em Ginecologia e Obstetrícia. Santa Casa de Alfenas, Alfenas-MG.

² Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Diante dos casos de violência sexual contra mulheres, é imperativo que a equipe de saúde realize assistência às vítimas, assegurando seus direitos, com segurança jurídica. Esta pesquisa teve como objetivo verificar se as equipes de saúde devem comunicar aos órgãos de segurança pública nos atendimentos prestados às pacientes vítimas de estupro. Utilizado o método dedutivo, descritivo, analisando-se as legislações que norteiam a conduta dos profissionais da saúde através de pesquisa bibliográfica. A Portaria n° 2.651, de 23/09/2020, estabelecia, no seu art. 7° que a equipe de saúde que acolhesse a paciente vítima de estupro deveria comunicar aos órgãos de segurança pública. Porém, em 13 janeiro de 2023, foi publicada a Portaria GM/MS de n° 13, que revogou a Portaria n° 2.651. Assim, foram ripristinados os artigos n° 694 a 700 da Portaria de Consolidação n° 5, de 28/09/2017, nos quais a comunicação aos órgãos de segurança pública no procedimento legal nos casos de estupro não é prevista. A comunicação aos órgãos de segurança pública pela equipe de saúde que presta atendimento às vítimas de estupro não é mais prevista na legislação vigente.

Palavras-chave: Estupro. Violência Sexual. Segurança Pública. Saúde.



EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO EM CASOS DE ÓBITO FETAL

MAGALHÃES, Millena Pompeu¹; FRANCO, Letícia Vivian de Souza¹; PACHECO, Pablo Viana².

1 Médicas residentes em Ginecologia e Obstetrícia. Santa Casa de Alfenas, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O óbito fetal é definido pela ausência de sinais vitais de um nascituro antes de sua expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente da duração da gestação. Objetiva-se verificar quando se inicia o direito à DO e se há critérios para sua emissão em casos de óbito fetal. Foi utilizado o método dedutivo e descritivo, a partir da análise das legislações que norteiam a emissão da DO em casos de óbito fetal, através de pesquisa bibliográfica. Resultados: O Art. 2º da Lei nº 10.406, de 10/01/02, garante os direitos do nascituro desde sua concepção. De acordo com o manual de instruções para preenchimento da declaração de óbito do Ministério da Saúde, atualizado em 2022, é obrigatória a emissão da DO em casos de gestação com duração ≥ 20 semanas OU peso ≥ 500 g OU estatura ≥ 25 cm. Porém, caso o nascituro não se enquadre nesses critérios e a família deseje realizar seu sepultamento, a emissão da DO é facultativa. Conclusão: Embora haja critérios que determinem a obrigatoriedade da emissão da DO em casos de óbito fetal, a legislação vigente permite sua emissão nos casos que não se encaixam nesses critérios, contemplando a todo nascituro o direito à DO.

Palavras-chave: Declaração de óbito. Óbito fetal. Saúde.



A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NA PRISÃO CIVIL SOB UM VIÉS CONSTITUCIONAL E DE TRATADOS

RABELO, Bianca Faria Siqueira Vieira¹, GARCIA, André Vinícius de Alvarenga¹,
PACHECO, Pablo Viana².

¹ Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

² Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

É de imensurável importância analisar como a audiência de custódia na prisão civil do devedor de alimentos, é realizada, através de uma perspectiva constitucional pois as audiências de custódia em geral são pouco conhecidas, por serem recentes e precisam ser analisadas mais profundamente. Assim, esta pesquisa busca verificar a aplicação prática dos dispositivos legais que tratam do tema sob um viés constitucional. De forma específica, objetiva analisar os efeitos da realização das audiências de custódia; refletir acerca do amparo dado pelo Art.5º, XLIX, da Constituição Federal, qual seja, o direito assegurado aos presos quanto ao respeito, à integridade física e moral; e pelos tratados internacionais; investigar como se dá a realização das audiências de custódia em casos de prisão civil no Brasil e o marco temporal a partir do qual estas passaram a ser realizadas. Utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, que se dará através de uma leitura analítica, visto que é um tema que demanda exaustiva leitura e análise de várias legislações, doutrinas, artigos, jurisprudências e atualizações relacionadas ao tema supracitado. Espera-se compreender as diferenças, legislativas e práticas, na realização das audiências de custódia em casos de prisões civis no Brasil e em outros países.

Palavras-chave: Constituição. Audiência de custódia. Prisão civil.



ACESSO À JUSTIÇA E A GARANTIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO

SOARES, Charlys Alexandre¹; ESTEVES, Luiz¹; MORAIS, Mateus¹; PACHECO, Pablo².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O acesso à justiça e a garantia do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva são temas fundamentais no contexto do sistema de justiça brasileiro. No entanto, existem desafios a serem enfrentados para assegurar a plena efetividade do acesso à justiça, como a morosidade processual, a falta de recursos e a desigualdade no acesso aos serviços jurídicos. Assim, esta pesquisa busca analisar os desafios e as soluções para a efetividade do acesso à justiça no contexto brasileiro, visando a garantia do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. Objetiva também identificar os principais desafios que dificultam o acesso à justiça no Brasil; analisar as soluções propostas e implementadas para superar esses desafios; avaliar o impacto das soluções na efetividade do acesso à justiça; propor recomendações para aprimorar a garantia do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. A pesquisa será realizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos. Serão utilizadas fontes primárias, como legislação, jurisprudência e normas relacionadas ao tema, bem como fontes secundárias, como artigos científicos, livros e relatórios de pesquisas. O estudo de casos será realizado em tribunais e órgãos do sistema de justiça brasileiro. O número do parecer de aprovação pelo comitê de ética em pesquisa da universidade será obtido após a submissão do projeto de pesquisa. Espera-se obter dados qualitativos e quantitativos que evidenciem os principais desafios que dificultam o acesso à justiça no contexto brasileiro, assim como as soluções propostas e implementadas para superar esses desafios. Os resultados também deverão apontar o impacto das soluções na efetividade do acesso à justiça, contribuindo para o desenvolvimento de recomendações para aprimorar a garantia do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Tutela Jurisdicional Efetiva. Desafios. Soluções.

CAPÍTULO 2

EXTENSÃO



DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

SOARES, Cassia Helena Santos¹; PROVENZANI, Kamyllé Botrel¹; FIGUEIREDO, Pedro Lucas¹; SIQUEIRA, Sthefanie¹; FREIRE, Maria Cristina Gomes Souza².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Dentre as dificuldades da mulher negra, destacam-se os empecilhos para ingressar no campo de trabalho e possuir a mesma remuneração de um homem branco, a violência doméstica sofrida em casa e ambientes familiares, bem como o feminicídio, homicídio em razão da condição feminina. Portanto, a princípio podemos afirmar que as desigualdades sociais e a pobreza possuem cor em nosso país, observadas e refletivas em diversos âmbitos da sociedade contemporânea. Esta pesquisa utilizou de métodos qualitativos e quantitativos, já que foram citados números e cálculos de dados os quais estão incorporados com as argumentações e narrativas do tema proposto. Os materiais utilizados se baseiam em artigos científicos, além de doutrinas e livros que se relacionavam com o estudo. Abordar o tema “Direito da Mulher Negra” sempre foi fonte de estudo, devido às lutas e fatos históricos que marcaram a caminhada das mulheres, tais temas devem ser abordados e explorados com frequência. Por fim, esperamos atingir e atender o desafio proposto à uma reflexão sobre a mulher negra, que sempre guerrilhou contra a múltipla discriminação e desigualdade socialmente enraizada por todo o mundo. Em suma, essa pesquisa buscou ressaltar a trajetória de vida de mulheres, com ênfase nas mulheres negras, que batalham em prol de igualdade racial e de gênero no Brasil.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Desigualdade. Mulher Negra. Discriminação.



RESSOCIALIZAÇÃO E AÇÕES CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

BORGES, Beatriz Bassalobre Carvalho¹; JÚNIOR, Afrânio Tadeu Garcia¹; TERRA, Eduardo de Lima Ferreira¹; FILHO, Eduardo Gomes Toledo Pereira¹; NORBERTO, Letícia Aparecida Costa¹; TIAGO, Lucas¹; TAVARES, Mateus de Carvalho¹; OLIVEIRA, Pedro Henrique do Vale¹; JÚNIOR, Ronald Amaral Prado¹; FREIRE, Maria Cristina Gomes Souza².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Introdução: O artigo traz um paralelo histórico entre o passado e a modernidade acerca do Direito Penal, discorrendo sobre a ressocialização e como é complexo alcançá-la na sociedade brasileira, que vê no delinquente a figura de um vilão, esperando que pereça no presídio. **Objetivos:** Expor a origem histórica da visão negativa da sociedade em relação aos presos; mostrar como deveria funcionar o processo de ressocialização; explicitar o papel da sociedade, de familiares e amigos para que a ressocialização seja eficaz. **Metodologia/ Material e Métodos:** Para realizar o trabalho, foi necessário efetivar uma pesquisa qualitativa, teórica e bibliográfica, fundamentada em artigos científicos sobre o tema. **Resultados:** Teve-se como resultado a explicitação da origem da visão negativa da sociedade em relação ao preso e as funções do Estado, família e amigos na ressocialização efetiva dos detentos. **Conclusão:** Conclui-se que a visão negativa da sociedade em relação aos presos tem como origem histórica o período de Vingança, que precede a criação em si do Direito Penal. Além disso, ficou clara a importância da atuação de medidas governamentais e da presença da família e dos amigos dos presidiários, para que, ao sair, consigam deixar o mundo do crime.

Palavras-chave: Direito Penal. Ressocialização. Discriminação racial.



A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA DA POPULAÇÃO NEGRA DO BRASIL

FRANCELINO, Alexsander Marques¹; SILVA, Amanda B. Gomes¹; SIMONI, Karoline G. Teodoro¹; CARVALHO, Lara Alves¹; CELESTINO, Maria Eduarda Vieira¹; SILVA, Millena Ferreira¹; FREIRE, Maria Cristina Gomes Souza².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Introdução: O seguinte trabalho abordou a defasagem existente no pleno exercício da cidadania no Brasil, uma vez que, historicamente, houve uma grande dificuldade na conquista do direito de voto e de participação ativa na política pelos mais diversos grupos, dificuldade essa que repercute até os dias atuais. **Objetivo:** analisar o contexto político brasileiro, sendo esse exposto em sua trajetória histórica desde o início do exercício direto da cidadania no país até o atual, com foco nas minorias que por muito tempo tiveram seus direitos restringidos por pensamentos antiquados atrelados ao pensamento social. **Metodologia/ Material e Métodos:** Para a elaboração deste artigo, foi utilizado o método dedutivo, no qual foi desenvolvida uma base teórica específica a partir de uma ideia generalista, formada de artigos científicos já publicados, revistas científicas públicas, sites educacionais e pedagógicos. Ademais, foi utilizado também o método comparativo, já que foram comparados dois grupos de conhecimento. **Conclusão:** A inclusão da perspectiva dos negros no âmbito político brasileiro, depois de uma grande luta, permite a inclusão de um olhar diferenciado sobre os mesmos pontos da sociedade e ainda, pontos não diagnosticados pelos demais grupos já representados.

Palavras-chave: Negros. Mulheres. Minorias. Política. Eleições e votos.



PRIMEIRA INFÂNCIA E O DIREITO DA MULHER: DADOS SOBRE O ESTUPRO DE VULNERÁVEL E O FEMINICÍDIO NA CIDADE DE ALFENAS/MG

CARVALHO, Isadora Souza¹; CAMARGOS, Rafael¹; SANTOS, Pâmella Camelo de Almeida¹; BARBOSA, Julia¹; SOARES, Vivian Duarte¹; TEIXEIRA, Livia Barbosa¹; FREITAS, Laiane aparecida de Souza¹; AZEVEDO, Lucas Augusto¹; SILVA, Eduarda Prado da¹; REIS, Livia Carneiro dos¹; LUCIANO, Nayara de Paula¹; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

As Atividades de Extensão, ATE_x, do 1º módulo do curso de Direito, tiveram como tema “Direito da Mulher na Primeira Infância” e seu objetivo foi o levantamento de dados, juntamente com o conselho tutelar, das crianças de até seis anos que sofrem com a violência doméstica. A técnica utilizada foi uma entrevista com o presidente do Conselho Tutelar, Paulo Aparecido Silvério para levantamento de dados. A violência doméstica possui ramificações, mas para esta pesquisa focou-se em duas: estupro de vulnerável e feminicídio. Resultados: a denúncia de estupro de vulnerável ocorre em média de dez vezes ao ano em Alfenas, na maioria das vezes são meninas negras. Sobre o feminicídio, busca-se sempre deixar a criança com familiares, com isso, em Alfenas houve apenas um caso recente, em que a criança foi encaminhada ao abrigo após a mãe ser vítima de feminicídio. Viver essa violência, não só a morte de fato mas também a agressão física podem fazer com que a criança continue esse mesmo ciclo, como agressor ou como vítima. Também nos foi apontado que esses casos possuem alguns agravantes: a maioria das crianças que vão para o conselho tutelar são por conta de violência doméstica, geralmente as crianças são de famílias de baixa renda e tem a saúde mental negligenciada, o que pode vir a ser um problema futuro. Em alfenas, ao menos um adolescente comete suicídio por mês, ou se voltam para dependência química: no mês de abril de 2023, mês em que a pesquisa foi feita, houve quatro internações por dependência química, duas crianças e dois adolescentes, e dois suicídios de adolescente. Evidenciam-se os empecilhos: poucos funcionários para a alta demanda, a coleta de depoimento é difícil, pois a vítima se vê constrangida revivendo um trauma e a equipe não tem o devido preparo para a abordagem.

Palavras-chave: Primeira Infância. Direito da Mulher. Estupro de vulnerável. Feminicídio.



PRIMEIRA INFÂNCIA E O DIREITO DA MULHER: DADOS SOBRE A LICENÇA-MATERNIDADE NA CIDADE DE ALFENAS/MG

OLIVEIRA, Amanda Cristina de¹; MORAIS, Matheus Mariano¹; SILVA, Caroline Fernandes¹; PAIVA, Jhonatan Andrade de¹; SOARES, Charlys Alexandre¹; MORAIS, Matheus Freire¹; MELLO, Endy Franco de¹; MELLO, Virgílio Gonzaga de¹; NOGUEIRA, Brenda de Oliveira¹; DOMINGUES, Julia Cabral¹; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues Duhart².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Levando em conta a necessidade de informações da cidade de Alfenas em relação à Primeira Infância, este trabalho buscou desenvolver pesquisas na faixa etária, que vai de 0 a 6 anos de idade, visando à coleta de dados específicos relacionados ao Direito da Mulher e a Primeira Infância, a saber, o direito à licença-maternidade. A compreensão desse direito garantido à mulher é de demasiada importância, visto que nos tempos atuais esse é um direito explícito e garantido a todas as mulheres que venham a ter uma criança, em vista da importância de ter a mãe ao lado do filho durante seus primeiros meses de vida. A metodologia utilizada envolveu a seleção de um local público para realizar uma pesquisa anônima e estatística: o local escolhido foi o Supermercado Mart Minas, em que foram entrevistadas 74 mulheres de diversas regiões de Alfenas que passavam pelo local no momento. Referente às competências esperadas, percebeu-se que os acadêmicos puderam analisar o contexto social no qual estão inseridos, identificando os problemas e com respeito aos princípios éticos, legais, culturais e humanísticos. Em conclusão, o trabalho realizado pelos estudantes abordou o tema da primeira infância, com foco no direito da mulher à licença maternidade. A pesquisa estatística realizada permitiu a elaboração de um material informativo que não apenas informou sobre esse direito garantido por lei, mas também conscientizou sobre a importância da presença da mãe nos primeiros meses de vida do bebê e da proteção da primeira infância como um todo. É fundamental que a sociedade como um todo esteja ciente da importância da primeira infância e dos direitos garantidos por lei para sua proteção.

Palavras-chave: Primeira Infância. Direito da Mulher. Licença-maternidade.



PRIMEIRA INFÂNCIA E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: DADOS SOBRE A ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

SILVA, Eduarda Prado da¹; RAFAEL, Felipe Iudice¹; CARVALHO, Isadora Souza¹; REIS, Livia Carneiro dos¹; SOARES, Vívian Duarte¹; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues Duhart².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A Atividade de Extensão, realizada pelos alunos do 1º período do curso de Direito diurno, teve como objetivo a coleta de dados relacionados à Primeira Infância. O foco da pesquisa do grupo Exercício da Cidadania foi a alimentação nas escolas. A técnica utilizada foi a entrevista. Foram realizadas 10 (dez) perguntas no que tange à alimentação nas escolas, tendo por base os dados da instituição CEMEI Bem-te-vi (Santa Luzia), analisando a faixa etária dos alunos, a quantidade, tipos de alimentação, quantas refeições a escola fornece, restrições alimentares, dentre outras. O projeto foi supervisionado pela professora Mônica Fernandes Rodrigues Duhart e orientado pelo presidente do Conselho da Criança e do Adolescente do município de Alfenas, Vander Cherri, contando com um e-book formulado com as informações obtidas pela pesquisa: após a análise da nossa pesquisa conseguimos concluir que, a instituição de ensino possui 98 alunos, e consegue atingir até 6 refeições por dia, as quais fazem parte de um planejamento alimentar elaborado por nutricionista. Em relação a restrições alimentares, a escola forneceu dados de que existem poucos alunos que possuem restrições alimentares e que eles possuem assistência alimentar.

Palavras-chave: Cidadania. Alimentação. Restrições alimentares. Escola.



PRIMEIRA INFÂNCIA E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: DADOS SOBRE CRIANÇAS POR TURMA NAS ESCOLAS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

SODRÉ, Ana Beatriz da Silva¹; SILVA, Beatriz Costa¹; TEIXEIRA, Beatriz Oliveira Mendes¹; MORAES, Emili Lima¹; SILVEIRA, Emilly Alves¹; COSTA, Luísa Garcia¹; PEREIRA, Maria Eduarda Oliveira¹; XAVIER, Mariany Esteves¹; MELO, Victoria Ohanna Silva¹; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Introdução: A coleta de dados referentes à Primeira Infância servirá de base para verificar a implementação do Plano Municipal da Primeira Infância no município de Alfenas. Neste sentido, debaixo do subtema Exercício da Cidadania foi realizada uma coleta de dados a respeito de crianças por turma. **Objetivos:** Objetiva-se coletar dados a respeito de crianças por turma; verificar a implementação do Plano Municipal da Primeira Infância no município de Alfenas/MG; fomentar a implementação de políticas públicas para a Primeira Infância no município de Alfenas/MG. **Metodologia/ Material e Métodos:** Pesquisa de campo, por meio de entrevista e coleta anônima de dados. **Resultados:** Foi possível observar que as crianças estão devidamente matriculadas, o número de funcionários corresponde com a quantidade e necessidade de cada aluno, embora saibamos que nem todas as instituições vivem essa realidade e tem esse privilégio do exercício da cidadania em relação à proporcionalidade de crianças por turma.

Palavras-chave: Primeira Infância. Exercício da Cidadania. Crianças por turma.



PRIMEIRA INFÂNCIA: DADOS SOBRE O NÚMERO DE CRIANÇAS FORA DA ESCOLA NA CIDADE DE ALFENAS/MG

BENTO, Abner Moreira¹; OLIVEIRA, Ana Júlia da Silva de¹; SILVA, Elizabete Reis da¹; ALVES, João Paulo Berna¹; AMÉLIO, Júlio Otávio Machado¹; CUSTÓDIO, Lavínia Gersanti¹; MARTINS, Nátali Fernandes¹; SILVESTRE, Soraia Aparecida Pereira dos¹; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues Duhart².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A primeira infância é um período crucial do desenvolvimento humano, que abrange desde o nascimento até os seis anos de idade. Durante esse período, a criança passa por grandes transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais, que irão moldar seu futuro. Por isso, é importante promover políticas públicas e ações que garantam o acesso das crianças a serviços de saúde, educação e proteção, além de estimular o envolvimento dos pais e cuidadores no cuidado com a primeira infância. Assim, a coleta de dados referentes à Primeira Infância servirá de base para verificar a implementação do Plano Municipal da Primeira Infância no município de Alfenas. Neste sentido, debaixo do subtema da Primeira Infância nas escolas, foi realizada uma coleta de dados a respeito das crianças de 0 até 6 anos de idade da cidade de Alfenas/MG que estão fora da escola. Objetiva-se coletar dados a respeito do déficit de presença no ambiente escolar, oferecidos para as crianças de 0 até 6 anos. A metodologia utilizada envolveu a seleção de uma escola que contribuisse com dados para a realização do estudo com o intuito de levantar percentuais da infância nos ambientes escolares. De acordo com os dados fornecidos pela Escola Municipal Dr. João Januário Magalhães - CAIC, há 10 salas de educação infantil; da população de 187 crianças no bairro, todas estão matriculadas regularmente e são frequentes; a escola acompanha a família das crianças que não comparecem. Percebe-se, assim, que a instituição oferece acompanhamento e ótimo relacionamento com as crianças, visto que apresenta altos índices de comparecimento. Além disso, para aprofundamento será feita uma análise, por meio de novas pesquisas, para investigar como estão as condições de infraestrutura e recursos disponíveis para o bem-estar das crianças.

Palavras-chave: Primeira Infância. Frequência. Crianças fora da escola.



PRIMEIRA INFÂNCIA: DADOS SOBRE A SAÚDE BUCAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

FERREIRA FILHO, Carlos Henrique¹; SANTOS, Fernanda Aparecida¹; ALVES, Gabriel Neves¹; MARCHIORI, Geovana¹; SOUZA E SILVA, Haroldo Henrique de¹; ROSA, Luana Ketlyn Miranda¹; SANTOS, Rodrigo Pereira dos¹; VALERIO, Samanta Alves¹; SANTOS, Thiago Maciel dos¹; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues Duhart².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

As Atividades de Extensão (ATEX) do 1º período do curso de Direito tiveram como tema a “Primeira Infância”. O seu objetivo é auxiliar o município de Alfenas no tocante à atualização de dados para a implementação do Plano Municipal da Primeira Infância. Dessa forma, esta pesquisa objetivou aprofundar-se acerca do subtema da “saúde bucal”, especificamente de Anomalias Craniofaciais. Com isso, por intermédio do Centro Pró-Sorriso, popularmente conhecido por “Centrinho”, localizado no campus desta universidade, foi possível, mais efetivamente, captar dados de atendimentos e operações realizadas em laboratórios. A pesquisa busca identificar a prevalência das anomalias causadas pelo crescimento e/ou desenvolvimento anormal dos tecidos moles da cabeça ou face e/ou ossos em pacientes que procuram atendimento odontológico e também avaliar a relação entre essas condições e problemas de saúde bucal, como cáries; doenças periodontais e perda de dentes. Portanto, a pesquisa pode contribuir para uma melhor compreensão dos fatores de riscos associados a essas condições e para o desenvolvimento de estratégias preventivas. Os resultados da pesquisa podem ter importantes implicações para o planejamento e a prestação de serviços de saúde bucal para pacientes com essas anomalias bem como incluir o desenvolvimento de protocolos de tratamento específicos. Acima disso, por fim, servir como norte ao poder público municipal para a criação de políticas públicas mais competentes e eficientes para esses tratamentos patológicos.

Palavras-chave: Primeira Infância. Saúde bucal. Anomalias craniofaciais.



PRIMEIRA INFÂNCIA E A RESSOCIALIZAÇÃO: DADOS SOBRE O AUXÍLIO-RECLUSÃO PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

SILVA, Rafaela Maria da¹; BOTREL, Giullia¹; AZARIAS, Gustavo¹; BRAGA, Júlia¹; PAES, Gabriela¹; VIEIRA, Ricardo¹; RIBEIRO, Anna Roberta¹; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A coleta de dados referentes à Primeira Infância servirá de base para verificar a implementação do Plano Municipal da Primeira Infância no município de Alfenas. Neste sentido, debaixo do subtema da Ressocialização foi realizada uma coleta de dados a respeito da reintegração social de encarcerados com filhos na primeira infância. Assim, esta pesquisa teve como objetivo coletar dados a respeito da ressociação de indivíduos com filhos até 6 anos. Segundo nossos dados o estado não parece dar o amparo necessário para tais indivíduos que precisavam tanto da atenção governamental em suas vidas. Muitas crianças sem auxílio reclusão: 75% das crianças não o recebem, sendo assim, o acompanhamento mais próximo do conselho tutelar seria uma boa medida a ser tomada para avaliar a situação financeira e psicológicas das crianças. A média de faixa etária das crianças filhas dos recuperandos é de 3,8 anos; 42% dos entrevistados disseram que as crianças não tiveram o amparo estatal necessário; 34% dos detentos têm filhos com diferentes mulheres; 92% das crianças estão com o ensino regularizado, que é cuidado apenas pelas mães; 17% dos pais não veem os filhos com frequência. Muitos avanços ocorreram nos últimos tempos, mas percebe-se que ainda há muito que trabalhar no município de Alfenas/MG no que se refere ao cuidado com a Primeira Infância relacionada à ressociação.

Palavras-chave: Primeira Infância. Ressociação. Auxílio-reclusão.



PRIMEIRA INFÂNCIA E A RESSOCIALIZAÇÃO: DADOS SOBRE O REFORÇO ESCOLAR PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS NA CIDADE DE ALFENAS/MG

ARAÚJO, Ana Júlia¹; LOURDES, Andreyra de¹; TOLEDO, Gabriel¹; CAPRONE, Joice¹; SABRINE, Larice¹; AZEVEDO, Larissa¹; SANTOS, Livia¹; COIMBRA, Taiani¹; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

As atividades de extensão curriculares (ATEX) do 1º módulo do curso de direito teve como tema “Ressocialização na Primeira Infância” e seu objetivo foi coletar dados sobre a aplicação do reforço escolar para crianças com pais em processo de ressocialização. A metodologia utilizada envolveu uma pesquisa realizada na Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), onde foram realizadas entrevistas com os recuperandos. Por meio de dados quantitativos, conclui-se que a presença das crianças na vida dos detentos (pais) é imprescindível para uma reabilitação de sucesso, mas o principal é nunca deixar de lado o tratamento emocional das crianças para saber lidar com todo o processo de reintegração dos seus pais na sociedade. Esse método torna o tratamento eficiente e com mais chances de os detentos não voltarem a cometer delitos. Ademais, seria de eficaz solução que se tivesse uma abertura nessa associação para que os pais recuperandos pudessem acompanhar melhor a vida de seus filhos, já que é de extrema importância sua presença neste ciclo.

Palavras-chave: Primeira Infância. Ressocialização. Reforço escolar.



COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

BROCHINI, Ana Rakelly de Matos Rios¹; OLIVEIRA, Emilly Cardoso de¹; ROCHA, Fernanda Monique Alves Xavier da¹; EDUARDO, Gabriela Carielo de Paula¹; COIMBRA, Gabriely Izabel¹; NUNES, Iohana de Oliveira¹; NOVAIS, Lorena Dantas de¹; RAMOS, Maria Alice Pinto Coelho Braga¹; ROCHA, Maria Luiza Paulino Dias¹; OLIVEIRA, Maria Vitória Siqueira de¹; ASSAD, Tiago da Silva¹; LIMA, Victor Gabriel Xavier¹; SILVA, Nivalda de Lima².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Introdução: Comunicação não violenta - CNV - está fundamentada em promover o respeito, a atenção e a empatia entre os seres humanos, ou seja, a nova ferramenta utilizada hoje demonstra como as pessoas devem se relacionar. **Justificativa:** Comprovar que o método da comunicação não violenta pode influenciar positivamente na resolução de conflitos em diversos ambientes e situações, desse modo sua aplicação pode ser efetivada para as crianças e jovens na fase de aprendizado. **Objetivo Geral:** Implementar a comunicação não violenta na infância, especificamente na primeira infância, a forma em que é utilizada e conduzida, se é realmente efetiva. **Objetivo Específico:** Tem-se como objetivo específico visitar instituições de ensino básico e fundamental para investigar e documentar a implementação e os efeitos da comunicação não violenta na primeira infância. **Materiais e Métodos:** Para tanto, será aplicado o método qualitativo por meio de visitas em escolas de toda a região, introduzindo a comunicação não violenta no ambiente escolar e analisando seus efeitos. **Resultado Esperados:** A pesquisa sobre a comunicação não violenta na infância, principalmente na primeira infância, demonstra a importância de investir em uma forma de comunicação mais respeitosa, empática e atenciosa. Ao visitar instituições de ensino básico e fundamental, podemos comprovar que a implementação da CNV pode ter impacto positivo na resolução de conflitos em diferentes ambientes e situações. Dessa forma, sugerimos que a aplicação da CNV seja efetivada com crianças e jovens durante o processo de aprendizado. Investir nessa forma de comunicação pode trazer benefícios não apenas na infância, mas ao longo de toda a vida.

Palavras-chave: Comunicação. Comunicação não verbal. Escolas. Creche.



CONCILIAÇÃO

COIMBRA, Gabriely Izabel¹; NUNES, Iohana de Oliveira¹; NOVAIS, Lorena Dantas de¹; FREIRE, Maria Cristina Gomes Souza².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

Introdução: A conciliação é um método alternativo de resolução de conflitos que objetiva promover a paz social por meio do diálogo e da negociação. **Objetivos:** Objetiva-se obter informações sobre a situação atual da conciliação no Brasil e conhecer os aspectos referentes ao tema. **Metodologia/ Material e Métodos:** A pesquisa bibliográfica a partir da análise literária de textos, artigos e publicações da literatura jurídica constitui a metodologia do instrumento. **Resultados:** Foi possível expor as diferentes formas de conciliação, bem como os requisitos necessários para atuar como conciliador. Além disso, tem-se uma análise acerca das mudanças recentes na legislação e como a conciliação se propaga na atualidade, por meio de movimentos que reforçam sua importância. **Conclusão:** Em conclusão, nota-se que a conciliação permite que exista a resolução rápida e econômica de disputas, o que colabora para a desobstrução do judiciário e mostra sua eficácia para solucionar conflitos.

Palavras-chave: Conciliação. Resolução de Conflito. Métodos Alternativos. Disputa.



ENCARCERAMENTO ÉTNICO - A RAIZ PROFUNDA DO ESTADO

ALVES, Aline Ferreira¹; PINTO, João Pedro da Silva¹; MOURA, Juliana Rodrigues¹; BATISTA, Júlio Cesar Machado¹; SANTOS, Kariny Veloso¹; LOPES, Letícia dos Santos¹; FERNANDES, Letícia Mariele Gomes¹; ROSA, Luan Antônio¹; CARDOSO, Luiz Davi Messias¹; RIBEIRO, Paulo Henrique Silva¹; SANTOS, Raquel Silva¹; ANDRADE, Walkiria de Pádua Lara¹; FREIRE, Maria Cristina Gomes Souza².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

O artigo traz o questionamento sobre a estrutura prisional brasileira e seu suporte de ressocialização do apenado, uma vez que em sua composição ainda seja englobada a tratativa a respeito da discriminação racial. Este trabalho tem como objetivo expor a discriminação étnica no sistema carcerário; doença de gênero; cultura da discriminação e a importância da ressocialização do indivíduo recluso de liberdade com o trabalho e a educação. Para a conclusão do trabalho foi necessário efetivar pesquisas teóricas e bibliográficas fundamentadas em artigos. Teve-se como resultado a explicitação de que o sistema carcerário cresce cada vez mais entre os negros, enquanto dos brancos só diminui. Conclui-se que o sistema penal brasileiro foi criado com o intuito de que aquele que fora sentenciado como culpado cumpra a sua pena, aprenda a lição e seja ressocializado, ainda nesse viés, a pena foi feita para ser cumprida e, posterior a isso, o preso deve ser reintegrado na sociedade, aprendendo a lidar com as situações que o levaram ao status anterior de uma forma diferente do que ele já praticou. Para tanto, ainda é nítido e necessário dizer que o Brasil possui raízes estruturais racistas e patriarcais, algumas vezes essas duas populações vão se encontrar em apenas um indivíduo e, por estar à mercê de uma sociedade segregadora, as opções se tornam cada vez mais escassas, dificultando a visão de uma nova perspectiva.

Palavras-chave: Ressocialização. Discriminação. Raízes. Herança. Dificuldades.



PRIMEIRA INFÂNCIA E A NEGRITUDE: ASPECTOS RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

SILVA, Ariadne Estevo Marques da¹; MARTINS, Bruno Carlos dos Reis¹; ASSIS, Camilly Borges de¹; LEMOS, Ricardo Fernandes¹; SILVA, Sineide Maria da¹; BRUZADELLI, Vitoria Camilly Reis¹; FREIRE, Maria Cristina Gomes Souza².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A conscientização do racismo sofrido na infância é algo a ser aprofundado. Visto que o racismo é uma mazela social que ainda está inserida na estrutura social brasileira, dentre as vítimas que sofrem esse tipo de violência encontram-se crianças ingressantes no ambiente escolar. Não obstante, o racismo não é o único problema no ensino básico brasileiro, haja vista que a falta de inclusão social em muitas escolas vem sendo pauta de diversas discussões, como é o caso do Projeto Sinais VII da Unifenas, que visa a amplitude da inclusão social nas escolas brasileiras. Em virtude das mazelas sociais ocasionadas pelo racismo na Primeira Infância, busca-se problematizar e conscientizar a comunidade e, por meios jurídicos e sociológicos, chegar a políticas sociais que visem a diminuir e proporcionalmente extinguir preconceitos raciais, étnicos e sociais do âmbito educacional, bem como garantir os direitos fundamentais de todas as crianças. Os principais métodos utilizados para a elaboração deste artigo foram os métodos hipotético-dedutivo e comparativo, por meio de dados estatísticos públicos, artigos científicos já publicados e materiais governamentais. Há disparidade de primeira infância entre crianças brancas e pretas, por meio de estudos históricos e estatísticos, é possível chegar a uma conclusão: o racismo estrutural e a desigualdade social ainda presentes na sociedade brasileira afetam as crianças desde a primeira infância, como consequência os seus direitos basilares são violados.

Palavras-chave: Conscientização. Primeira Infância. Racismo. Inclusão Social.



O DIREITO DAS MULHERES SOB O OLHAR DA CONSCIÊNCIA NEGRA

CARVALHO, Sabrina Naiara Goulart de¹; NETTO, Feliciano Tavares Paes¹; OLIVEIRA, André Luiz de¹; OLIVEIRA, Vitória Batista¹; PORTO, Késia Cristina Victoriano Inácio¹; SANTOS, Evandro Augusto dos¹; SILVA, Amanda Flávia da¹; SILVA, Lara Fabian Aparecida¹; FREIRE, Maria Cristina Gomes Souza².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

As mulheres, notadamente as de etnia negra, passam por várias situações que dificultam a vida em comunidade, como o racismo e a violência. Nesse contexto, o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de homicídio de mulheres (2021). Esta pesquisa tem por objetivo geral descrever o racismo que as mulheres negras sofrem todos os dias no país, sendo uma consequência direta do período escravocrata e, como objetivo específico, apresentar o contexto histórico dessa parte da população, suas pautas e conquistas ao longo do tempo. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica em artigos e livros voltados ao Direito das Mulheres e Consciência Negra, como o livro *Pequeno Manual Antirracista* (RIBEIRO, 2019). Depreende-se que as mulheres negras sempre lutaram por seus direitos, mesmo com parte da comunidade querendo fazer com que elas desistissem de suas demandas. Desde o primeiro movimento pela libertação das mulheres até os dias atuais esse grupo se mostra resiliente, provando ser uma peça fundamental para a luta contra todo tipo de preconceito e discriminação que há no Brasil e no mundo. Ainda há um longo caminho a ser percorrido por todos na sociedade, não somente às mulheres negras. Mesmo com todas as conquistas, esse grupo ainda é marginalizado, porém isso não as inibe de continuar defendendo seus interesses e exigindo que seus direitos sejam cumpridos, como manda a lei.

Palavras-chave: Mulheres negras. Consciência. Discriminação. Violência.

Referência Bibliográfica:

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. 1 ed. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2019.



UMA ABORDAGEM DE RESSOCIALIZAÇÃO BASEADA EM MARSHALL ROSENBERG

BARBOSA, Thayane Cristina¹; CAMPOS, Rita de Cássia Cabral ¹; DIAS, Maria Fernanda Bueno¹; LEITE, Douglas Marcelo¹; LEITE, Rhyan Lucas¹; NOGUEIRA, Bianca Aparecida¹; OLIVEIRA, Giovanna Augusta Rocha de¹; OLIVEIRA, Heloisa Aparecida de¹; RODRIGUES, Thamires Tiburcio Dos Santos¹; SEBASTIÃO, Maria Vitória Venâncio¹; SILVA, Ana Carolina Martins da¹; SILVA, Maria Rita de Paiva¹; SILVA, Marta Vieira da¹; SILVA, Tainá Nascimento da¹; TERRA, Matheus Coelho¹; SILVA, Nivalda de Lima².

1 Discente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

2 Docente do curso de Direito da Universidade Prof. Edson Antônio Velano – UNIFENAS, Alfenas-MG.

A Comunicação Não Violenta (CNV) é uma abordagem que visa promover uma comunicação mais empática, autêntica e compassiva entre os indivíduos. Esta pesquisa tem como objetivo uma abordagem eficaz para a Ressocialização de indivíduos que enfrentam desafios após períodos de encarceramento ou marginalização. Oferece uma abordagem eficaz para melhorar a qualidade da comunicação, fortalecer os relacionamentos e promover a resolução pacífica de conflitos. Ao promover a compreensão mútua e o diálogo construtivo, ela ajuda a encontrar soluções satisfatórias para todas as partes envolvidas, evitando a escalada de violência verbal e emocional. A aplicação da Comunicação Não Violenta de Marshall Rosenberg na Ressocialização de indivíduos marginalizados ou encarcerados tem um impacto positivo. Isso resulta na redução da reincidência criminal e no fortalecimento dos relacionamentos. Além disso, a criação de programas específicos que incorporem a CNV pode potencializar os benefícios e promover uma reintegração bem-sucedida.

Palavras-chave: Reintegração. Relacionamento. Sociedade.